



3.1.1 • As incertezas da Europa • Os contornos da crise económica

A crise no espaço europeu

Luís Amado

A REABERTURA DO DEBATE sobre o futuro da Europa, no mundo global e interdependente em que vivemos, e sobre o futuro de Portugal na Europa, é uma das consequências da crise, pelo seu impacto na vida dos portugueses, mas acima de tudo, pela natureza das decisões que nos continuarão a ser exigidas.

A crise europeia foi precipitada pela “crise da globalização”, entendida como a crise de um processo que modelou a economia e o sistema internacional nas últimas duas décadas e que, por sua vez, teve início na crise financeira que se espalhou pelo mundo a partir de 2007-2008, como uma epidemia, a partir do coração do sistema financeiro ocidental, lançando o pânico na economia mundial e provocando a “grande recessão” de 2009, cujas ondas de choque ainda se fazem sentir.

Da “crise da globalização” à “crise do Ocidente”

No início do mais recente processo de “globalização” estiveram as políticas de Reagan e de Thatcher no Ocidente, e as reformas introduzidas por Deng Xiaoping na economia chinesa, no início da década de oitenta. O debate sobre o Estado e o seu papel no funcionamento da economia esteve no centro destas duas revoluções que evoluíram durante toda a década de oitenta, em estranha cumplicidade mas em sentido diferente. No primeiro caso, reduzindo consideravelmente a função estratégica e reguladora do Estado, mas no caso da China, ao contrário das expectativas do Ocidente, preservando até hoje, o seu papel central e o... do partido comunista chinês.

Tanto a revolução neoliberal de Reagan e Thatcher, como o “capitalismo leninista” de Deng Xiaoping, contribuíram para a implosão da União Soviética (US), para o fim da guerra fria (GF) e para a profunda transformação que a economia mundial conheceu nas últimas décadas.

Sem as ideias liberais, sem a abertura das economias mais desenvolvidas, sem a inovação financeira e a liberdade de circulação de capitais quase ilimitada, associadas ao desenvolvimento da internet e do telemóvel, não teria sido possível a integração, em menos de 20 anos, de mais de metade da população mundial, nos circuitos da economia global. Deste modo, não deixa de constituir uma ironia da história, que depois da vitória na GF e do triunfo liberal, o ocidente assista impotente e em sobressalto ao seu próprio declínio, ao fim da sua hegemonia, na economia e no sistema financeiro mundial, e se afirme a influência cada vez maior da China, arrastando consigo, o desenvolvimento de vastas regiões da Ásia, da África e da América Latina.

A crise que estamos a viver hoje é, de certo modo, a crise deste processo e das suas dinâmicas, que

nos confrontam hoje com novos e preocupantes desequilíbrios e problemas.

Desde logo, o problema da redistribuição da riqueza. Assistimos por um lado, nos últimos 20 anos, a uma impressionante redução da pobreza à escala mundial, mas, simultaneamente, verificou-se um aumento significativo das desigualdades sociais, da diferença entre os recursos dos mais ricos e os recursos dos mais pobres, em particular nas sociedades mais desenvolvidas. Por outro lado uma nova pobreza aparece inesperadamente, como resultado das dificuldades extraordinárias com que esta crise confronta alguns sectores sociais, em particular as classes médias, até agora com acesso a crédito fácil e com o futuro “garantido” e “seguro” por um Estado Social, que também por esta via, do crédito fácil, pelo acesso a poupanças mundiais, se ia financiando. A “dívida” é outro dos problemas que adquiriu com a crise, uma inesperada relevância no ocidente, nos Estados Unidos (EUA) e na Europa, e em particular na periferia europeia. Por um lado, pelo impacto que tem nas expectativas de crescimento para essas economias, fortemente castigadas pela austeridade, imposta por programas de ajustamento dolorosos e prolongados. Por outro lado, pelos efeitos políticos dessa austeridade, agravando as tensões e a conflitualidade social e política, pondo em causa, aqui e ali, os valores de estabilidade e de governabilidade, que garantiram a consolidação da democracia de “bem-estar” nas sociedades ocidentais, ao longo das últimas décadas.

“
[O] equilíbrio fundamental entre a liberdade individual e a responsabilidade social, entre os interesses privados e os valores comunitários e sociais, perdeu-se bruscamente na volúpia predadora dos mercados [...]”

Se se evitou uma depressão na economia mundial, depois da grande recessão de 2009, através de uma intervenção massiva e coordenada dos Estados, pelo recurso à dívida pública, é de esperar que a austeridade correctiva, imposta de forma simultânea e coordenada às mesmas economias, tenha o efeito contrário, não sendo pois de estranhar, nem a recessão europeia nem a revisão em baixa do crescimento da economia mundial. Se na Europa o debate se centra na necessidade de equilíbrio entre austeridade e estímulo ao crescimento económico, no processo de ajustamento em curso na

zona euro, e no papel do Banco Central Europeu (BCE), nos EUA, o debate questiona a persistência de fraco crescimento económico e elevado desemprego, apesar da agressividade da política monetária adoptada pelo FED. Mas esse debate não pode ignorar nas situações das duas economias, europeia e americana, as disfunções dos sistemas políticos respectivos e os problemas estruturais que dificultam o seu ajustamento às condições da globalização, factores de crise de *per si* relevantes.

Um outro problema, estrutural, que sentimos hoje mais do que nunca, é o problema da desindustrialização, provocado pela rápida deslocalização da produção industrial, da Europa e dos EUA, para as novas economias emergentes. Não parece possível recuperar os níveis de crescimento e emprego necessários nessas economias, sem mais desenvolvimento industrial, o que dependerá simultaneamente, de um novo ciclo de inovação tecnológica por um lado, e da renegociação das condições de troca que resultaram dos generosos acordos económicos e comerciais, do período que se seguiu ao fim da GF, por outro. Nem as “guerras” cambiais em curso, nem a tentação proteccionista, são solução para o problema do desemprego galopante nas economias ocidentais. Só a necessária revisão dos contratos sociais que, no ocidente, garantiram o modelo de bem-estar em que vivemos ao longo das últimas décadas, processo que está em curso, na Europa e nos EUA, e a inevitável renegociação das condições de troca e regras de relacionamento entre as principais economias do mundo, podem em conjunto relançar o crescimento e o emprego nas economias do ocidente. Precisamos urgentemente de novos acordos comerciais inter-regionais, perante a importância crescente das políticas monetárias e fiscais, por si só, poderem gerar criação de riqueza.

Neste processo negocial não podemos ignorar a importância da questão ecológica, e das garantias para a sustentabilidade do desenvolvimento da economia global. Sabemos que a entrada muito rápida na “economia de consumo”, de centenas de milhões de novos consumidores, representou uma brutal pressão sobre os recursos naturais, em particular sobre os recursos energéticos, as matérias-primas e os bens alimentares.

Por fim, temos os problemas suscitados pela crise do próprio sistema económico dominante, do capitalismo, a crise dentro da crise. A expansão rápida das forças de mercado e a afirmação universal do modelo de economia liberal, perante a falência das experiências do “socialismo real”, interrompeu um período de contenção, de equilíbrio e moderação que o capitalismo exibiu ao longo do período da GF, apesar das crises cíclicas. Esse equilíbrio fundamental entre a liberdade individual e a responsabilidade social, entre os

interesses privados e os valores comunitários e sociais, perdeu-se bruscamente na volúpia predadora dos mercados, sem regulação e sem controlo adequados. Foi no fundo, a sua “exuberância” irracional, que acabou por provocar o colapso do sistema financeiro americano, arrastando todo o sistema financeiro e a economia mundial para uma crise sem paralelo de que ainda não saímos.

Da crise do euro à crise do projecto europeu

A estabilização do sistema financeiro continua a ser a principal preocupação dos dirigentes mundiais na resposta à crise, o que está ainda longe de estar garantido, e as reformas necessárias para o conseguir, incompletas.

No centro dessa instabilidade está a situação da zona euro, a crise de confiança que a domina, a incerteza quanto ao seu futuro e as tensões geopolíticas que despertou na Europa.

Aconteça o que acontecer ao euro, entramos definitivamente numa nova fase do projecto europeu, que passará, mais cedo ou mais tarde, pela revisão dos Tratados, ou por um novo Tratado, com todo o imponderável desse processo.

O cenário de implosão do euro teria consequências terríveis para todo o sistema financeiro e para a economia mundial. Por isso, é difícil conceber uma nova ordem e um novo equilíbrio geopolítico sem um polo ocidental de referência, e este não existirá sem a estabilidade da Europa que passa necessariamente pela União Europeia (UE), um “projecto de civilização”, nas palavras de Habermas, que mobilizou gerações sucessivas de europeus ao longo de várias décadas.

Como foi reconhecido por alguns dos principais dirigentes europeus, salvar o euro tornou-se um imperativo para a própria sobrevivência do projecto europeu, sobretudo a partir do resgate da Grécia, em Maio de 2010, quando a perspectiva redutora de identificar a crise, com os problemas fiscais e orçamentais da periferia, iludindo a sua dimensão sistémica e estrutural, abalou fortemente a confiança no euro.

Mas só a partir do Conselho de Junho de 2012 e depois da controversa decisão do BCE, em Setembro, assumindo-se como “credor de último recurso”, na fronteira das suas competências, e com a ratificação pela França e pela Alemanha, do Tratado que aprova o chamado “pacto fiscal e orçamental”, se começaram a criar as condições, políticas e institucionais, que permitiram restabelecer, de forma mais definitiva, a confiança na moeda comum. A partir de então a UE entrou num período de grandes e importantes decisões, tendo por objectivo a refundação do euro, e a consequente redefinição do projecto europeu.

Maastricht procurou responder à desintegração da US cumprindo dois objectivos essenciais: acomodar a Alemanha reunificada na realidade do projecto europeu e criar condições, para o alargamento da UE a Leste, contribuindo para a estabilização da Europa central e oriental.

O euro foi a moeda de troca da reunificação. Foi uma “condição” que lhe foi “imposta” e que a Alemanha aceitou nas condições que por sua vez

“impôs”. São essas condições que, de alguma forma, estão hoje em causa, e é por isso, que a Alemanha não pode deixar de ter uma palavra decisiva na solução da crise, assumindo as suas responsabilidades de liderança. É evidente que o faz, exigindo mais garantias, face às novas responsabilidades que também lhe são exigidas. Outro problema, porventura mais complexo, é o da aceitação da liderança alemã pelos seus aliados, designadamente a França. Mas não nos iludamos, ou o euro acaba, pelo menos na sua configuração actual, ou a zona euro se transforma num “núcleo federador”, (digo deliberadamente, federador e não federal), em torno do qual se deverá organizar um “círculo de integração” da UE, hoje a 27, e um “círculo de alargamento” que poderá ser pensado e gerido de forma mais flexível e ambiciosa.

Nesta perspectiva, o projecto europeu tal como o vivemos até hoje, segundo um conceito de integração em que todos os elementos se inseriam num mesmo conjunto, à mesma “velocidade” e ao mesmo ritmo, dentro das mesmas instituições, acabou. O que coloca novas e difíceis questões com que vamos ter de lidar nos próximos tempos. Desde logo, os problemas difíceis da interacção entre os diferentes círculos, com toda a engenharia institucional e política, que acentuarão ainda mais a complexidade do sistema político europeu, já hoje extremamente sofisticado e pesado. Em segundo lugar o problema da legitimidade democrática das instituições e dos órgãos de decisão europeus. Para lá da desconfiança latente na relação entre os mercados e os governos, ou da tensão crescente entre tecnocratas e políticos, o que será difícil de gerir nos próximos tempos, temos a natural desconfiança dos cidadãos em relação às elites partidárias que nos conduziram à situação inesperada em que nos encontramos. Se é certo que o “elitismo” que animou o projecto europeu até hoje, não deixará de ser posto em causa, a questão é saber se haverá outro *modus faciendi*, nesta caótica situação em que estamos, que nos possa salvar do abismo. O instituto referendário, a que por instinto democrático, um ou outro governante queira recorrer, resistirá à “pressão dos mercados”, em sociedades fortemente endividadas como as nossas? O que se passou em Atenas, por exemplo, com Papandreou, é um sinal preocupante de como as categorias da representação e da legitimação políticas são tão facilmente postas em causa, pelo “estado de emergência” que domina hoje a democracia na Europa. E, no entanto, não será aceitável, que as importantes decisões políticas que nos próximos tempos teremos todos que tomar, possam ser assumidas sem uma clara manifestação dos povos e dos cidadãos europeus. Por fim, a questão britânica não será menos relevante. A presente dinâmica de aceleração do processo de integração que a crise impõe, coloca o Reino Unido numa posição desconfortável, sobretudo tendo em consideração o papel essencial que jogou na liderança do projecto europeu nos últimos vinte anos, quer nas várias etapas do alargamento, quer nas formas de aprofundamento e no relacionamento externo da União, nos planos estratégico, político e, acima de tudo, comercial. Este papel que

o Reino Unido exerceu, está definitivamente posto em causa com o processo de refundação do Euro. Também por isso, as bases de um novo compromisso, entre o “núcleo federador” e o “círculo de integração”, serão de enorme delicadeza e complexidade política, institucional e técnica, e a sua negociação e ratificação um difícil e conturbado processo, perante grandes tensões internas e sob a guilhotina permanente dos “mercados”.

Sem um novo impulso voluntarista, desta vez necessariamente apoiado por um amplo debate público sobre o futuro da Europa e sobre o futuro da Europa no mundo, a última utopia do século XX, a “utopia europeia”, no dizer de Eduardo Lourenço, acabaria como todas as outras utopias do século, numa tragédia para a Europa e para o Mundo. ■

A EUROPA E O FUTURO DE PORTUGAL

As opções com que Portugal se confronta são extremamente delicadas, na situação em que nos encontramos, sem acesso aos mercados que nos permitam financiar normalmente a economia e o Estado. Dependentes da assistência internacional, vinculados a um exigente programa de assistência até 2014, que se pode prolongar, a margem de manobra do país é muito limitada. Por outro lado, a grande instabilidade de toda a zona euro dificulta ainda mais a nossa situação e condiciona fortemente a execução do nosso próprio programa.

Nesta perspectiva é essencial dar atenção a algumas questões essenciais ao longo de 2013, se quisermos voltar com sucesso à situação de um país “normal”, sem intervenção e condicionamento externo como aquele que se verifica hoje. Em primeiro lugar vamos ter que garantir a estabilidade política e governativa sem as quais será mais difícil, senão impossível, retomar o regular financiamento do país, em condições de mercado, e evitar a insolvência. Esta é uma responsabilidade de todos os actores e instituições políticas, desde logo dos partidos da coligação que tem a tarefa de assegurar a acção governativa nos termos do mandato eleitoral que receberam em 2011.

Em segundo lugar é preciso uma política que reponha os equilíbrios macroeconómicos fundamentais, o que exige ao mesmo tempo, medidas de austeridade e rigor, medidas de estímulo ao crescimento económico e reformas estruturais. Uma difícil e complexa mistura de políticas de curto e longo prazo, que actuem do lado da procura e da oferta.

Em terceiro lugar, impõe-se uma gestão muito atenta politicamente da questão social, com o país em estado de emergência, com níveis de desemprego extremos, com padrões de desigualdade social muito elevados numa sociedade em crise, por isso muito mais sensível aos problemas da justiça e da distribuição dos sacrifícios.

O aumento da conflitualidade social e política poderá alimentar as correntes antieuropeias. A saída da zona Euro é uma opção que poderá atrair cada vez mais apoios, face à dureza do processo de ajustamento e que teria consequências dramáticas, económicas, sociais e estratégicas. Mas é bom que não nos enganemos, sobre as enormes dificuldades que nos esperam se quisermos resistir e manter a nossa posição na zona euro e no “núcleo federador” da UE.